

A CRIANÇA NEGRA NO MARANHÃO : UMA LEITURA A PARTIR DA INFÂNCIA AFRO-DESCENDENTE NO BRASIL.

Kilza Fernanda Moreira de Viveiros (UFMA)

Os estudos decorrentes da historiografia da infância no Brasil não se dão de forma isolada, como um fato inédito, mas se articulam com a cultura, com a memória de um povo, com as relações sociais, envolvendo a família, a história da mulher - tanto de elite, quanto a mulher trabalhadora.

Assim, nos propomos pensar sobre a infância, aqui em específico da criança negra, enquanto uma experiência individual e coletiva, construída nos espaços sociais e através de suas representações. Para tanto estruturamos nosso pensamento, partindo da posição da infância, seguida da criança negra na historiografia, da criança negra maranhense, ontem e hoje, e por fim a contribuição da Universidade Federal do Maranhão para os estudos dessa infância. Servirá de apoio a essa nossa abordagem os estudos de KUHLMANN Jr (1998) e os de DEL PRIORE (2002). A opção pelos autores diz respeito as suas contribuições teóricas, no campo da história da infância, quase pioneira no Brasil, com utilização em muitas teses e dissertações na pós-graduação.

1. A infância na historiografia.

Nas últimas décadas, a historiografia da infância desenvolveu-se nas vertentes da assistência, da família, da mulher e da educação, constituindo um patamar para se avançar na compreensão das inter-relações entre estes aspectos. (KUHLMANN Jr.,1998).

A perspectiva que se apresenta é a da relação da história social, de se fazer o estudo das condições de vida, das instituições, da família, da escola, da alimentação, das brincadeiras, da vida material e social, bem como dos aspectos que nos remetem às reflexões pedagógicas e filosóficas (CAMBI & ULIVIERI,1988). Nesse contexto, destaca-se a concretização em que se dão as práticas, e como elas se fazem representar, nos espaços público e privado, nos manuscritos, nas imagens e nos brinquedos.

Ao fazer-se tal leitura, é necessário atentar para a compreensão da abrangência e limitação conceptual de infância, sob as dimensões da sua denominação, sua universalidade e suas particularidades - históricas, geográficas, sociais e culturais.

No limite de seu significado, o vocábulo ‘infância’ conjuga um período da vida humana, caracterizado pela construção e apropriação de um sistema pessoal de comunicação (apropriação de signos), a palavra ‘criança’, por sua vez, aponta uma realidade psicobiológica (KUHLMANN Jr.,1998) com referência ao indivíduo, podendo ser apreendido como sujeito, no conjunto de instituições – família, instâncias assistenciais e escolares, condições de existência referentes à etnia, ao gênero, à classe social, às disponibilidades cognitivas, entre outros.

Assim, a criança é definida como um ser “inventado” no decorrer da história através das representações e práticas que a promovem. Desta forma a história da infância é múltipla, compondo-se de histórias das crianças brancas, negras, asiáticas, árabes ou indígenas.

Nessa perspectiva, nosso estudo, em específico, se identifica com o entendimento das representações e práticas que se estabeleceram no contexto da história da criança negra. Ou seja, como a criança negra se constitui enquanto sujeito da história, na historiografia da infância, em específico, na brasileira e maranhense.

2. A criança negra na historiografia.

A historiografia da criança negra, enquanto componente da historiografia da infância, faz intersecção com a historiografia nacional, a historiografia da mulher negra, e, sobretudo na historiografia da educação.

Na história da infância brasileira, durante o século XVIII, o abandono de bebês em alguns centros urbanos era um fato. Mas entre os escravos tal gesto era raro, pois todos os filhos dos cativos podiam ser vendidos assim que nasciam. Para os senhores de engenhos e fazendeiros, a alternativa era bem mais atraente do que enjeitar o escravinho. Se fosse do sexo feminino, estes eram direcionados para os serviços domésticos e mais tarde os serviços sexuais, na casa grande, tornando-se pouco viáveis para o comércio humano interno.

Observa-se, porém, que tal fato apresenta controvérsias no que se refere à utilização da “roda” pelas mulheres negras em alguns Estados. De acordo com

Venâncio (1999), o abandono de crianças era uma prática urbana. Entre escravas a utilização da roda era um gesto raro, pois todos os filhos dos cativos podiam ser vendidos. Para Souza (2002), a Roda era usada pelas escravas, que deixavam seus filhos na tentativa de livrá-los da escravidão. Porém, acreditava-se que o anonimato dos pais dos enjeitados propiciava a irresponsabilidade sexual. No Brasil tal situação se agravava pela existência da escravidão, exploração sexual das escravas e da criança escrava.

A Lei do ventre livre de 1871 não reverteu de forma contundente a situação de exploração da criança negra. Com aproximadamente sete anos de idade, ela continuava deixando de participar dos folguedos infantis para iniciar sua aprendizagem no trabalho. Assim, se percebe sua inferioridade com relação às crianças que não eram filhas e filhos de famílias livres.

Com a Lei Áurea (1888), as crianças e adolescentes moradores de antigas senzalas continuaram a trabalhar nas fazendas, a exemplo as de cana em Pernambuco (FREIRE, 2003). Fato que até hoje permanecem no corte e continuam sem condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, garantias trabalhistas e lamentavelmente, sem direito à infância.

Ainda no século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres e negras não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura (incluindo o imigrante), enquanto os filhos e as filhas da elite eram ensinados e ensinadas por preceptoras e professores particulares.

Portanto ao nos reportarmos à história da educação no Brasil, no período Colonial, as escolas dos padres jesuítas eram em número restrito, sobretudo, para o acesso das crianças indígenas. O mesmo não aconteceu com as crianças negras, embora saibamos que alguns escravos aprenderam a ler e escrever (Novais, 1993), de forma assistemática ou nos quilombos.

No governo Pombalino (século XVIII) deu-se a instalação do ensino público, porém de forma precária, não suprimindo as necessidades de grande parcela analfabeta da população brasileira. Nos documentos, disponíveis não há nenhuma menção à educação de crianças negras, filhos de escravos, com exceção da educação religiosa, que era obrigatória.

Não é demais registrarmos que no século XVII, os dominadores holandeses criaram no Recife a primeira escola do Brasil só para negros, em 1645, de vida efêmera pela pressão local e pela sua expulsão do solo brasileiro.

Apesar de criada para atender às necessidades de uma população ‘livre e vacinada’, em 1856 a escola pública proibia seus assentos às crianças escravas. Às pobres, provavelmente mulatas e pardas, reservava-se espaço quando demonstravam “acentuada destinação e capacidade”. De acordo com Ferretti, em relato contido em diário particular (século XIX), estes eram “libertos pretos” e um número pequeno de “cor parda”. Assim a desigualdade social e racial inscrevia-se, portanto, nas origens do ensino público que não era para todos, mas para alguns. Tanto que Vanilda Paiva (1987) registra a frequência escolar de escravos na Província do Pará. Em 1975 também registrou a experiência de um tipógrafo que ministrava curso noturno para escravos em 1882, no Paraná.

Para as crianças amparadas pela Lei do Ventre Livre, vislumbrou-se a perspectiva do ensino profissionalizante, que era oferecido em oficinas e escolas privadas e de origem religiosa. Vale ressaltar que estas escolas recolhiam crianças negras e pobres, e lhes davam instrução primária e um mínimo de preparo para ofícios manuais. Estas crianças foram entregues ao governo das províncias pelos senhores, pois deixavam de ser rentáveis aos escravocratas.

Sob o palco de grandes reformas urbanas no final do século XIX, o número de crianças, na maioria negras, nas ruas eram crescentes, e deter a circulação desses “desgraçados, sem teto, sem lar, sem educação, sem instrução e sem ordem”(Del Priore, 2002) passou a ser reclamada por médicos e juristas.

A República proclamada, que lançava seus ícones de desenvolvimento, nada previu para a infância negra, que advinda de um quadro que se delineou pós Lei do Ventre Livre e Lei Áurea configurada como uma camada da sociedade de nível inferior.

Na década de 1940, a criação do Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), que em sua maioria era negra, ajudou a fortalecer a criminalidade do menor de rua, fazendo-o defrontar com os axiomas da sociedade burguesa. A criança negra fora içada

ao trabalho numa tríplice ideologia de: trabalho, honestidade, lazer e, conseqüentemente, na marginalidade.

Assim o trabalho infantil, continua sendo visto pelas camadas subalternas como “a melhor escola”, incrementando as estatísticas nacionais, que no Nordeste (2004) chega em torno de 38% de pequenos trabalhadores e analfabetos, juntamente com a taxa de 24% de evasão escolar, nas primeiras séries do ensino fundamental (IBGE).

Para não falar apenas no Nordeste, a realidade do Sul do país, não é diferenciada. Nesta região a criança trabalha nas lavouras domésticas e durante o período da colheita abandonam a escola, o que nos faz ter uma leitura diferenciada dos dados que se apresentam, através dos órgãos oficiais responsáveis pelas estatísticas escolares. A criança matriculada não representa permanecer e freqüentar plenamente a escola.

Ademais, o trabalho infantil, como forma de complementação salarial para famílias pobres, sempre foi priorizado em detrimento da escola. Nesse quadro, a criança negra e analfabeta torna-se uma espécie de testemunha muda, silenciosa de seu tempo.

No que se refere às meninas, o trabalho também é uma constante. Como no período Colonial, estas acompanhavam suas mães no campo e na lavoura, teciam algodão e se iniciavam no trabalho doméstico. A única preocupação era servir aos seus senhores, muitas vezes com o próprio corpo. Contudo, não se observava nenhum interesse com a educação destas meninas, salvo as poucas órfãs que freqüentaram os Recolhimentos.

As dicotomias dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres, ocasionaram grandes distorções que se fizeram e se fazem repercutir de variadas formas em nossos dias.

Uma delas é na dominação do branco pelo negro, do homem pela mulher, do rico pelo pobre, pelos sub-empregos reservados aos negros e negras, pela exploração da mão de obra negra e feminina, entre outras.

Na escola, tais representações se fazem presentes através dos currículos escolares e seus programas, ensinando uma história embranquecida, construída por

uma classe dominante branca, onde ao negro, mulher, pobre, homossexual, índio, deficiente, se reserva ‘acentos’ e favores.

Desta forma, estes fragmentos da história da criança negra, aqui posta, precisam ser destacados e aprofundados pela historiografia da infância brasileira. Precisam ser compreendidos em seus múltiplos aspectos, analisados como parte integrante da totalidade histórica brasileira, a fim de que sua inserção não seja equivocada e expresse a real face dessas crianças.

Para tanto, muito temos de contar sobre a criança negra, como: os batizados, os credos e crenças, as cantigas de ninar, os contos das ‘mucamas’, sua precária escolarização, sua alimentação, seus brinquedos, seus cuidados, seu trabalho. Isto nos instiga a conhecer um pouco da especificidade da história dessas crianças no Maranhão.

3. A criança negra maranhense.

De acordo com o João Batista Machado (1999), os negros trazidos do continente africano chegaram ao Maranhão, a partir de 1761. Vieram em navios chamados ‘tumbeiros’. O forte desta imigração africana deu-se na cidade de Codó, no período entre 1780 a 1790, para trabalhar na agricultura, servir de segurança física para seu amo, bem como vigiar as fazendas contra possíveis ataques dos índios.

Eram negros provenientes de dois grupos principais. Os Sudaneses, provenientes da Nigéria, Daomé, Costa de Ouro e, dos Bantos, que vinham de Angola e Moçambique.

Sem a mesma defesa física que dos índios, foram acometidos de cansaço, doenças e açoites. Longe geograficamente de suas terras sentiam-se abandonados. Como havia uma forte corrente da Igreja que defendia a tese de que os negros não tinham alma, podiam assim ser mantido como escravo. Não oferecendo guarida, a Igreja acabava legitimando os leilões, onde o negro podia ser vendido como animais úteis ao trabalho braçal.

Assim, começaram a reagir contra a escravidão. No Maranhão, as escravas procuraram evitar a reprodução, pois não desejavam para seus filhos um futuro de violências, de trabalho escravo. Mesmo assim, segundo Jalila Ayoub Ribeiro, em todo o Estado do Maranhão, no ano de 1873 haviam 63.291 negros escravizados, entre

homens, mulheres e crianças. Já o censo de 1850, publicado 22 anos depois diz que em terras do Maranhão possuíam 87.561 escravos (PARRON, 2006).

A população infantil negra era menor que aproximadamente 30% da totalidade, porém tal dado é desconhecido nos censos oficiais (RIBEIRO,1965). Sabe-se, porém que estas crianças não eram tratadas com tal. Negada a infância a partir de sete anos, os meninos negros começavam a trabalhar na lavoura e pecuária, e as meninas ajudavam na lavagem de roupas, no plantio de hortaliças e nos demais fazeres domésticos.

Seus registros traziam no nome, o sobrenome de seus proprietários e mesmo não tendo as religiões africanas características de batismo, as senhoras das fazendas costumavam “batizar” os negrinhos e negrinhas com nomes de santos da Igreja Católica. Nas senzalas e nos quilombos estas crianças negras participavam de ritos específicos de suas religiões africanas. Fato que mantinha vivo os laços com sua distante terra natal.

Nos primeiros três anos, a criança negra era sustentada pelo leite materno, porém suas mães serviam, também, para amamentar os filhos dos brancos, o que muitas vezes tinham que se alimentar de mingau de mandioca, garapa e galinha de parida. Além da amamentação, os negrinhos e negrinhas comiam ‘engrossado’ de farinha seca, de mandioca e de milho.

Nas fazendas, era comum vêem crianças negras brincando de pião, cavalinho, montados uns nas costas do outro e papagaio. Este último, era um brinquedo sazonal, de origem oriental, que chegou no Brasil, inicialmente no Maranhão, no século XVI (MEIRELLES,2005).

Estas crianças também nadavam, subiam em árvores e usavam o estilingue. Um tipo de arma que se assemelha a um arco de flechas usado para matar passarinhos. As meninas confeccionavam bonecas de pano com estopa e sobras de tecidos, porém também brincavam de papagaio e pião.

A educação destas crianças não era fato diferenciado do resto do país. A presença de crianças cativas nas aulas de primeiras letras era rara. Quando estavam entre os brancos apareciam nos registros dos professores como segue: “chegou aqui sem saber nada, mas hoje lê sílabas e escreve mal”.

É bem verdade que a presença dessas crianças nos bancos de alfabetização não era um dado generalizado. Além disso, provocava polêmicas e reações contrárias na sociedade.

No Maranhão, entretanto, quando um senhor necessitava que um dos seus escravos trabalhasse de caixeiro, exigia sua iniciação rudimentar na escrita e leitura.

Somente após 13 de maio de 1888 e depois da Proclamação da República é que o ensino primário apresentou melhorias; porém, segundo Rodrigues (1979), mais de 50% da população de crianças negras e pardas maranhenses não estavam sentadas nos grupos escolares.

Mesmo com o decorrer do tempo, as práticas religiosas, a alimentação, as brincadeiras e a instrução das crianças negras no Maranhão do século XX e XXI, não mudaram. Daquela infância dos quilombos, senzalas e das fazendas sobrou a exclusão, o sinal de trânsito, o último banco da escola. A criança negra maranhense continua, sobretudo, desconhecida. A valorização da sua raça está sempre à sombra de outras culturas. Os índices estatísticos nos apontam sempre um número maior de crianças negras responsáveis pelo sustento de suas famílias, longe da frequência e permanência nas escolas públicas.

Os censos do novo milênio nos apontam maiores taxas de subnutrição e problemas de saúde em meninos e meninas negras. Cada vez é maior a presença de meninas, com menos de 10 anos, servindo de babás de outras crianças, trabalhando no serviço doméstico em troca de ‘estudo, roupa e alimentação’.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Jornal “o Estado do Maranhão” em novembro de 2005, nos bairros mais ricos da capital maranhense se concentra maior exploração do trabalho doméstico de crianças do sexo feminino e mais de 60% destas, são negras, mulatas e pardas.

De acordo com dados divulgados no PNAD (Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios) de 1987, a quantidade de crianças entre 7 e 9 anos, não-brancas e residentes no nordeste freqüentando a pré-escola é maior do que as que freqüentam

Os dados sobre a oferta de creches e jardins de infância na região metropolitana maranhense não atendem à população pobre e negra (SEMED, 2004). O desempenho destas crianças, entre 0 e 6 anos, ou o período educacional compreendido entre a

creche e as três primeiras séries do ensino fundamental, aponta diferenças entre as trajetórias de crianças brancas. A carreira de educação inicial de crianças negras, pardas e mulatas é por vezes frustradas, por ela não ter acesso, acidentada porque é interrompida pelo trabalho infantil, sofrida, porque tende a ser de qualidade duvidosa.

Assim pode-se perceber que a história da criança negra maranhense é um campo fértil e curioso, cheio de peculiaridades e de riquezas a serem descobertas. Porém, há existência de um vazio, onde as representações desta criança permanecem comprometidas com uma sociedade preconceituosa.

Ao estudar a criança negra maranhense no universo da história da educação infantil fomos nos levando a novas dimensões de valor, cultura e sociedade numa experiência edificada nos espaços sociais através de suas representações.

BIBLIOGRAFIA

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. Ijuí-RS:

Ed.UNIJUÍ, 2000.

DEL PRIORI, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes [et al] (org's.). **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERRETTI, Sérgio. **Querebentã de zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão**. 2.ed. São Luís: Edufma, 1996.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 14.ed. São Paulo: Global, 2003.

Trabalho doméstico e trabalho infantil. Opinião. Jornal "O Estado do Maranhão", São Luís, 4 nov, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 13 jul.2005.

- KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2.ed.,Porto Alegre: Mediação, 1988.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- MACEDO, Eurico Teles de. **Maranhão e suas riquezas**.Bahia, 1947.
- MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. Codó, Ma: FACT / UEMA,1999.
- NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. São Paulo:Brasiliense,1993.
- OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades sociais: construções da infância e da juventude**.Niterói-RJ: Intertexto, 1999.
- PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1987.
- PNAD - Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, 1987. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 11 jul.2005.
- MEIRELLES, Renata. **Pipa, pião e chicote**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: ano 1, n. 4, p.25-29, out., 2005.
- PARRON, Tamis. **Escravidão no Brasil**.Revista Aventuras na História.São Paulo: edição 33, p. 10-11, mai, 2006.
- RIBEIRO, Jalila Ayoub. **A desagregação do sistema escravagista no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1965.
- RODRIGUES, Honório José. **História de nossa história (historiografia colonial)** 1ª parte. 3.ed. Brasília: Companhia Editorial Nacional / MEC, 1979.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED. Serviço de Documentação, 2004.
- SOUZA, Yvone Costa de. **Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.